



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

STEFÂNIA FILGUEIRA XAVIER

PRÁTIS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL FRENTE OS TRANSTORNOS DE
APRENDIZAGEM

CAJAZEIRAS/PB

2016

STEFÂNIA FILGUEIRA XAVIER

PRÁXIS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL FRENTE OS TRANSTORNOS DE
APRENDIZAGEM

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Cajazeiras, em cumprimento as exigências acadêmicas para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof.^a Ph.D. Cristina Novikoff

CAJAZEIRAS/PB

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

X3p Xavier, Stefânia Filgueira
Práxis na educação fundamental frente os transtornos de
aprendizagem / Stefânia Filgueira Xavier. - Cajazeiras, 2016.
53f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. PhD. Cristina Novikoff.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2016.

1. Transtornos de aprendizagem. 2. Dificuldades de aprendizado. 3.
Intervenção pedagógica. 4. Relação aluno x professor. I. Novikoff,
Cristina. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de
Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 37.015.3

STEFÂNIA FILGUEIRA XAVIER

**PRÁXIS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL FRENTE OS TRANSTORNOS
DE APRENDIZAGEM**

Data da aprovação: _____/_____/_____

Banca examinadora

Prof.^a Ph.D. Cristina Novikoff
(Orientadora – UAE/CFP/UFCG)

Prof.^a. Cicera Alteniza Duarte de Castro
(Examinador – UAE/CFP/UFCG)

Prof. Dr. Francisco das Chagas de Loiola Sousa
(Examinador – UAE/CFP/UFCG)

Prof.^a. Dr.^a. Zildene Francisca Pereira
(Suplente – UAE/CFP/UFCG)

CAJAZEIRAS/PB

2016

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, à minha mãe Josefa, à minha irmã Stéfane, ao meu esposo Gilderlan e à minha tia Rosinha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu força e coragem para persistir em meus objetivos. A minha mãe guerreira Sra. Josefa Filgueira da Silva, que mesmo diante de todas as adversidades encontradas em seu caminho sempre se fez presente em minha vida, me proporcionando todo seu amor e dedicação. A minha irmã Stéfane Filgueira Xavier, amiga de todos os momentos. Ao meu esposo Gilderlan Silva dos Santos que foi um presente em minha vida e com toda sua paciência e amor sempre me motivou a seguir em frente e não mediu esforços para que hoje chegasse aqui. A minha orientadora Cristina, que me deu o suporte necessário para a elaboração deste trabalho, e me cativou com seu jeito de ser. E, por fim, a todos que contribuíram para o meu crescimento, tanto pessoal como acadêmico.

RESUMO

Este trabalho apresenta alguns dos complexos problemas associados à aprendizagem e dificuldade na aquisição de conhecimento pelo aluno. A problemática educacional em estudo cerca a relação do professor com os seus alunos e as dificuldades apresentadas por eles no processo aquisição de conhecimentos. Tem como objetivo geral discutir a práxis na educação fundamental frente aos transtornos de aprendizagem, diferenciando-o da dificuldade de aprendizagem e propor algumas alternativas de intervenção pedagógica para a melhoria do ensino na educação fundamental (segundo ciclo). Os objetivos específicos são: mapear as características dos transtornos de aprendizagem frente à literatura vigente, identificar os conhecimentos e as práticas docentes frente os transtornos de aprendizagem e descrever estratégias de ensino para o enfrentamento dos transtornos de aprendizagem do ensino fundamental, que teve aporte teórico nos seguintes autores: Gonzaga (2010), Ciasca (2003), França (1996), Gonçalves (2003), Estanislau e Bressan (2014), Teles(2008), Carvalho (2011), Rubinstein (1999), Bastos (2008), Maluf (2008), Vieira (2004), Zorzi (2007), entre outros, e em artigos e publicações em sites da internet. A metodologia adotada para a pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório junto a uma escola da rede pública no município de Cajazeiras, no estado da Paraíba. Os sujeitos da pesquisa foram três professoras da respectiva instituição educacional. A coleta de dados foi feita através de uma entrevista semiestruturada. O estudo realizado permitiu concluir que a aprendizagem se trata de um processo complexo, e, por isto, requer um profissional capacitado e competente que tenha um olhar crítico diante das dificuldades apresentadas pelos educandos.

Palavras-chave: Transtornos de aprendizagem. Dificuldades de aprendizado. Intervenção pedagógica

ABSTRACT

This paper presents some of the complex problems associated with learning and difficulty in acquiring knowledge by the student. The educational problem in a study about the teacher's relationship with their students and the difficulties presented by them in the process of knowledge acquisition. Its general objective is to discuss the practice in primary education forward to learning disorders, differentiating it from the learning disability to propose some alternative educational intervention to improve education in basic education (second cycle). The specific objectives are: to map the characteristics of the front learning disorders to the literature, identify the knowledge and front teaching practices learning disorders and describe teaching strategies for coping of elementary school learning disorders, which had theoretical support in following authors: Gonzaga (2010), Ciasca (2003), France (1996), Gonçalves (2003), Stanislaus and Bressan (2014), Teles (2008), Carvalho (2011), Rubinstein (1999), Bastos (2008) Maluf (2008), Vieira (2004), Zorzi (2007), among others, and in articles and publications on websites. The methodology for the research consists of a qualitative approach exploratory next to a public school in the city of Cajazeiras, State of Paraíba. The study subjects were three teachers of the respective educational institution. Data collection was done through a semi-structured interview. The study concluded that learning is a complex process, and, therefore, requires a skilled and competent professional who has a critical eye on the difficulties presented by the students.

Keywords: Learning disorders . Learning difficulties. Pedagogical intervention.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
2. TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM	11
2.1 Distúrbios de domínio verbal	14
2.1.1 Dislexia	14
2.1.2 Disortografia	16
2.2 Distúrbios de domínio não verbal	18
2.2.1 Discalculia	18
3. Aspectos legais	20
4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS	24
5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	27
5.1 Quanto a instituição de ensino	28
4.2 A conversa com as pedagogas	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

O processo de aprendizagem é muito complexo, logo muitas coisas podem interferir na aquisição de conhecimento pelo aluno, sejam fatores externos como o contexto familiar da criança, a relação com o professor e com os demais alunos da turma, aspectos físicos como problemas de visão ou ainda fatores internos como os transtornos de aprendizagem, que serão discutidos no decorrer do trabalho.

Devido ao amplo número de obras que tratam deste assunto, torna-se inviável considerar todas as possíveis definições e abordagens apresentadas. Deste modo, pretendo analisar os conceitos mais habitualmente utilizados na literatura especializada e algumas das muitas perspectivas de análise sobre o tema.

Este trabalho tem como objetivo geral discutir a práxis na educação fundamental frente os transtornos de aprendizagem, diferenciando-o da dificuldade de aprendizagem e propor algumas alternativas de intervenção pedagógica para a melhoria do ensino na educação fundamental (segundo ciclo). Os objetivos específicos são: mapear as características dos transtornos de aprendizagem frente a literatura vigente, identificar os conhecimentos e as práticas docentes frente os transtornos de aprendizagem e descrever estratégias de ensino para o enfrentamento dos transtornos de aprendizagem do ensino fundamental.

O interesse pelo tema surgiu a partir das experiências vivenciadas no estágio dos anos iniciais do ensino fundamental no Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFCG (Campus de Cajazeiras), ao me deparar com alunos que apresentavam significativas dificuldades na leitura e para desenvolver as atividades que eram propostas na aula. Este fato me chamou muita atenção e despertou o interesse em compreender melhor que estratégias são utilizadas para lidar com as dificuldades apresentadas pelos educandos e como se dá o processo para um possível diagnóstico de transtorno de aprendizagem, uma vez que as dificuldades de aprendizagem estão presentes no dia a dia dos educadores.

Deste modo, pretende-se chamar a atenção para a forma como o professor lida com seus educandos, como interpreta as várias situações vivenciadas na sala

de aula, uma vez que as dificuldades apresentados por eles muitas vezes são sintomas de um problema maior e que é necessário o pedagogo ter um olhar crítico e uma atitude investigativa diante das dificuldades e atitudes apresentadas pelos discentes em sala de aula, pois, de acordo com a realidade, pressupõe-se que o professor nem sempre se encontra preparado para lidar com estas situações.

Neste sentido, não se trata de esgotar o tema, mas sim promover uma reflexão acerca desta prática. Pretende-se, assim, ressaltar a importância de um diagnóstico precoce, que viabilize ao pedagogo elaborar estratégia de ensino para melhorar o desempenho escolar destes educandos.

O trabalho ora apresentado está dividido em três capítulos. O primeiro consiste na fundamentação teórica realizada através de levantamentos bibliográficos, tanto em livros como em artigos e publicações em sites da internet. O segundo trata dos procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. O terceiro consiste na apresentação e análise dos dados obtidos. E, por último, são apresentadas as considerações finais.

Quanto ao tipo de abordagem, se caracteriza na perspectiva qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram três professoras da rede pública de ensino do município de Cajazeiras, no estado da Paraíba, que atuam no ensino fundamental. Para a coleta de dados, foi utilizado como instrumento um questionário aplicado através de uma entrevista gravada em áudio, e, posteriormente, transcrita em sua íntegra. A análise de dados foi realizada através do confronto da teoria aqui apresentada e a fala dos respectivos entrevistados.

Este trabalho é de grande relevância, uma vez que trata de um assunto bastante corriqueiro no meio educacional, e, ao mesmo tempo, tão complexo em seu diagnóstico, evidenciando a importância de um profissional capacitado e competente para lidar com estes educandos de modo a utilizar estratégias que possam motivá-los no processo de aprendizagem.

2. TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

A aprendizagem trata-se de um processo bilateral que depende tanto do sujeito que aprende quanto do sujeito que ensina. Segundo Torgese (1991, citado por Fletcher, 2009), têm-se registros de que o interesse por conhecer as causas e consequências de diferenças interindividuais e intraindividuais na cognição e na aprendizagem, data desde a civilização grega. No entanto, o primeiro trabalho que representou significativa relevância para as definições atuais foi realizado por Gall, no início do século XIX, ao descrever certas particularidades de um paciente com lesão cerebral. A partir de então, surgirão outros profissionais da área da medicina que descreviam situações em que seus pacientes “apresentavam potencialidades e fraquezas interindividuais com déficits específicos em habilidades linguísticas, de leitura e cognitivas.” (FLETCHER et al, 2009, p.25-26)

A priori, é importante estabelecer uma diferenciação entre o que é dificuldade de aprendizado e o que caracteriza um quadro de transtorno de aprendizagem. Sabe-se que muitas crianças em fase escolar apresentam certas dificuldades em realizar tarefas, fato que interfere no rendimento acadêmico do educando e pode ocorrer por diversos motivos como: baixa autoestima, problemas de visão ou audição, dificuldades na adaptação do aluno ao ambiente escolar, falhas nas estratégias pedagógica elaboradas pela escola, falta de motivação do aluno, déficits cognitivos, dentre outros. Neste sentido, as dificuldades de aprendizagem escolar são comuns no cotidiano dos educandos. No entanto, o professor deve ficar atento para o nível da dificuldade apresentada, pois também podem caracterizar quadro de distúrbio de aprendizagem.

Os distúrbios ou transtornos de aprendizagem ainda não possuem uma definição consensual. Entretanto, são responsáveis por problemas que provocam sérias dificuldades de adaptação à escola. Segundo Rubinstein (1999), os termos distúrbios, transtornos, dificuldades ou problemas de aprendizagem vêm sendo usados aleatoriamente para indicar quadros diagnósticos distintos.

De acordo com o manual de “Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde” - CID 10 elaborado pela Organização Mundial de Saúde (1993), o transtorno de aprendizagem está classificado dentro da categoria

dos transtornos do desenvolvimento psicológico, especificamente como Transtorno Específico de Desenvolvimento das Habilidades Escolares, o qual refere-se alterações nos padrões normais de aquisição de habilidades que ocorrem no início do desenvolvimento. Collares e Moyses, descrevem o distúrbio de aprendizagem como:

[...] termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de alterações manifestas por dificuldade significativas na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Essas alterações são intrínsecas ao indivíduo e presumivelmente devidas à disfunções no sistema nervoso central. Apesar de um distúrbio de aprendizagem poder ocorrer concomitantemente com outras condições desfavoráveis (por exemplo, alteração sensorial, retardo mental distúrbio social ou emocional) ou influencias ambientais (por exemplo, diferenças culturais, instrução insuficiente/inadequada, fatores psicogenéticos), não é resultado direto dessas condições ou influencias. (COLLARES; MOYSES, 1993, p.32 apud LEITE, 2012, P.17)

Atualmente na literatura não existe uma única terminologia para classificar estas alterações. Fonseca (1995), segundo Leite (2012), também afirma “que as dificuldades de aprendizagem são desordens consideradas intrínsecas ao indivíduo, podendo advir de uma disfunção do sistema nervoso central. (COLLARES; MOYSES, 1993, p.32 *apud* LEITE, 2012, P.17)”. Neste sentido, os termos mais comumente usados são: distúrbios de aprendizagem, dificuldades de aprendizagem e transtornos de aprendizagem.

Na maioria dos casos, estes transtornos só são identificados quando a criança iniciar sua vida acadêmica, pois neste momento lhe serão exigidas habilidades para desenvolver certas tarefas das quais ela apresentará um nível de dificuldade maior que as demais.

Entender os TAs tem o objetivo de proporcionar o ensino mais efetivo possível para reduzir os efeitos debilitantes dessa condição. Todavia, como muitos pesquisadores e profissionais sabem, é difícil identificar e entender a natureza, as causas e os correlatos que devem ser considerados ao se ensinar crianças com TAs. (FLETCHER et al, 2009, p. 24)

Segundo Maluf (2008), a criança com transtorno de aprendizagem irá apresentar um desempenho escolar incompatível com a capacidade cognitiva, podendo desempenhar as outras habilidades como escrever, desenhar, falar sem maiores dificuldades. Porém não terá o mesmo desempenho na leitura. Conseqüentemente, as dificuldades apresentadas pela criança serão maiores do que as dos demais alunos da turma. Miranda (2003) classifica os transtornos de aprendizagem em dois subtipos:

[...] os que envolvem o domínio verbal e os que envolvem o domínio não verbal. O primeiro subtipo inclui os distúrbios de aprendizagem que afetam principalmente a linguagem oral (distúrbios específicos da linguagem), a leitura (dislexia) e a escrita (disgrafia); o segundo subtipo abrange os distúrbios que afetam basicamente a aprendizagem da matemática (discalculia) é o distúrbio da aprendizagem não verbal. (MIRANDA et al., 2003, p.142)

Neste sentido, são predominantes os casos de distúrbios que envolvem o domínio verbal. Segundo Miranda et al. (2003), este fato pode ocorrer devido a ausência de conhecimentos e recursos que possam viabilizar um diagnóstico. Neste sentido, ela atenta para os casos de discalculia, pois apenas cerca de 18,8% dos casos são diagnosticados. Outro fator ora apresentado relaciona-se ao fato destes transtornos poderem estar associados concomitantemente aos outros problemas,

[...] tais como transtornos emocionais, sociais e comportamentais. É comum também apresentarem outros diagnósticos como comorbidade do DA, sendo o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) observado em aproximadamente 15% a 35% das crianças com DA [...]. (MIRANDA et al., 2003, p.142)

Diante do que aqui foi exposto, fica evidente que realizar o diagnóstico destes distúrbios não se trata de uma tarefa fácil. Por este motivo, ele deve ser feito por uma equipe multidisciplinar.

2.1 Distúrbios de domínio verbal

2.1.1 Dislexia

O conceito de dislexia ou transtorno da leitura foi sofrendo uma evolução ao longo dos tempos. Um dos primeiros casos mais conhecidos deste transtorno data de 7 de novembro de 1896 e foi registrado por um oftalmologista britânico Pringle Morgan, responsável por descrever o caso clínico de um jovem de 14 anos chamado Percy que apresentava condições intelectuais aparentemente normais. No entanto, possuía incapacidade para desenvolver a linguagem escrita, situação que ele designou como “ceguera para las palabras” ou “cegueira verbal.

Desde então esta perturbação tem recebido diversas enominações: “cegueira verbal congénita”, “dislexia congénita”, “estrefossimbolia”, “alexia do desenvolvimento”, “dislexia constitucional”, “parte do contínuo das perturbações de linguagem, caracterizada por um défice no processamento verbal dos sons”. (TELES, 2008, s.p.)

A dislexia consiste em uma inabilidade específica de aprendizagem, que se caracteriza por uma extrema dificuldade no processo de leitura. Em 2003, a Associação Internacional de Dislexia definiu este transtorno como:

[...] uma incapacidade específica de aprendizagem, de origem neurobiológica. É caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica. Estas dificuldades resultam de um Déficit Fonológico, inesperado, em relação às outras capacidades cognitivas e às condições educativas. Secundariamente podem surgir dificuldades de compreensão leitora, experiência de leitura reduzida que pode impedir o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos gerais. (TELES, 2008, s.p.)

Segundo Teles (2008), esta é a definição que soma mais consenso por toda a comunidade científica. Dessa forma, pode-se afirmar que se trata de um transtorno específico das habilidades de leitura, uma vez que baseada na teoria do déficit fonológico a leitura se dá através de dois processos cognitivo: a decodificação e a compreensão da mensagem transmitida. Neste sentido, a criança disléxica apresentará dificuldades no processo de decodificação. No entanto, sua capacidade de compreender a mensagem permanece intacta. Por tanto de modo nenhum está relacionado à problemas visuais, baixo nível de escolaridade ou idade mental. Segundo Carvalho (2011, p.53), “a dislexia ocorre quando há dificuldades em ler, depois de várias condições serem eliminadas: má escolarização, baixo nível intelectual, deficiências sensoriais e fracas condições socioculturais”. Diversos estudos têm evidenciado a hereditariedade da dislexia.

Os geneticistas do comportamento têm mostrado que há até 50% de probabilidade de um menino se tornar disléxico se seu pai for disléxico (cerca de 40% de sua mãe for afetada); a probabilidade de uma menina desenvolver dislexia é um pouco menor. O que é herdado não é a deficiência da leitura *per se*, mas aspectos do processamento da linguagem (SNOWLING; STACKHOUSE, 2004, p. 13).

O diagnóstico da Dislexia não se trata de uma tarefa fácil, pois envolve vários fatores que devem ser observados pelos professores, familiares e outros profissionais competentes. É importante que o diagnóstico seja feito o mais precoce possível, uma vez que quanto mais tardio for a identificação do problema maior será o grau de comprometimento na vida acadêmica e social do aluno, que poderá desenvolver um sentimento de frustração, incapacidade quando não conseguir se desenvolver como os demais.

Teles (2008) apresenta alguns sinais sugestivos deste transtorno, que podem ser considerados como alertas e devem ser observados tanto em sala de aula quanto em casa, dentre eles, pode-se citar, alunos que apresentam histórico de dificuldades em leitura e escrita, de pronunciar palavras com maior grau de complexidade, tendência a evitar desenvolver uma leitura oral demonstrando

desconforto ou vergonha, dificuldade frequente em recordar palavras, lugares, datas, dentre outros.

Atualmente não existe um método único para diagnosticar a dislexia, os testes são realizados de acordo com a idade e buscam avaliar habilidades de leitura, escrita e de competência fonológica. Segundo Ciasca (2003), os diagnósticos devem ser realizados por uma equipe multidisciplinar composta por: neurologista, pediatra, psicólogo, psicopedagogos e professores, em um processo de avaliação da aprendizagem, que será capaz de detectar se a criança de fato apresenta algum transtorno.

2.1.2 Disortografia

A linguagem oral ocorre de maneira natural no ser humano, uma vez que existem mecanismos cerebrais específicos para o desenvolvimento desta habilidade. Segundo Consenza e Guerra (2011), se trata de uma linguagem desenvolvida a centenas de milhares de anos e característica da evolução da raça humana, enquanto a linguagem escrita data de cerca de 5 mil anos e teve seu primeiro registro na Mesopotâmia. Ficando evidente deste modo uma enorme distancia temporal entre as duas, a linguagem escrita do ponto de vista filogenético não é algo natural ao ser humano, pois trata-se de uma questão cultural, “inventada” pelo homem para atender as necessidades de comunicação entre gerações.

A disortografia é o termo utilizado para designar um transtorno relacionado ao desenvolvimento ortográfico, provoca dificuldade em separar sequências gráficas e utilizar regras ortográficas e de pontuação. Sendo assim, “ consiste numa escrita não necessariamente disgráfica, mas com numerosos erros, que se manifesta logo que se tenha adquirido o mecanismo da leitura e da escrita” (MARQUES, 2011, P.142). A criança apresentará muitas dificuldades para escrever palavras corretamente, desenvolver frases bem estruturadas, sendo comum a ausência de pontuação e frequência de palavras repetidas.

São palavras mal separadas, confusões, omissão dos acentos, inversões de letras dentro da palavra, deformações, como, por exemplo, << *queria-mos diser que vamos contigo* >>. Muitas destas alterações inserem-se num quadro de dislexia, ao ponto de, para muitos autores, a disortografia ser apontada como uma sequela da dislexia. (MARQUES, 2011, P.142)

Neste sentido, é comum a disortografia está vinculada a um quadro de dislexia. Caracteriza-se, portanto, pela troca de letras que possuem sonoridade parecida, ausência ou adição de letras e palavras fragmentadas. Neste sentido, o indivíduo não consegue sistematizar seus pensamentos de acordo com as regras gramaticais.

A aprendizagem deve ser um processo prazeroso, tanto para o educando quanto para o educador para que, deste modo, não se torne um fardo para ambos e a escola possa ser reconhecida como um local de estímulos em que o aluno tenha condições de superar seus limites e desenvolver uma aprendizagem efetiva.

Entretanto, aprender a falar é um processo que ocorre naturalmente desde que as crianças estejam expostas à língua falada por seu grupo social. O aprendizado da escrita depende do seu ensino e está relacionado a conceitualizações e regras conscientes que só serão adquiridas à medida que surgir nos aprendizes uma motivação e um forte interesse social. (MALUF, 2005 apud GUÉRIOS; STOLTZ, 2010, p. 245)

Segundo Zorzi (2007, p. 10) “ A capacidade de desenvolver linguagem oral é uma característica universal da humanidade, desde de tempos muito remotos, resultado da evolução do homem ao longo dos tempos [...]”. Neste sentido Zorzi (2007), evidencia as hipóteses Chomsky que tratam dos “universais da linguagem”, ou seja, certos aspectos estruturais que podem ser encontradas nos diversos tipos de linguagem oral, se tratando assim de uma herança biológica do indivíduo, enquanto a linguagem escrita trata-se de uma herança cultural criada pela sociedade. Fica claro, portanto que diferente da linguagem oral a linguagem escrita. Este não é um processo natural ao ser humano e por isto a motivação e o interesse

como afirma Maluf são fatores fundamentais no processo de aprendizagem da escrita.

A intervenção deve ser feita através de estímulos positivos, e um atendimento individualizado que deve servir para complementar as atividades realizadas na escola, sempre tendo a atenção de não repreender o aluno negativamente ou utilizar canetas vermelhas para destacar seus erros, parabenizá-lo a cada conquista de modo a melhorar sua autoestima.

2.2 Distúrbios de domínio não verbal

2.2.1 Discalculia

A discalculia consiste em um transtorno na habilidade matemática. Segundo Garcia (1998, p. 16) “a primeira vez que se utilizou o termo discalculia foi em 1920, por Henschen, que descreveu uma síndrome que apresentava dificuldades no cálculo e no ditado”. No entanto, ainda se tem poucas pesquisas voltadas para este segmento, tendo em vista tratar-se de um transtorno ainda negligenciado em virtude da matemática sempre ter sido considerada como uma disciplina “difícil”.

Vieira (2004, p.111) descreve este transtorno como uma “alteração da capacidade de cálculo e, em um sentido mais amplo, as alterações observáveis no manejo dos números: cálculo mental, leitura dos números e escrita dos números”. O transtorno da matemática também pode estar vinculado a outros transtornos, como dislexia e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), sendo comum existirem pessoas que desenvolvem ambos transtornos simultaneamente.

A discalculia afeta a capacidade de lidar com operações simples como adição, subtração, divisão e multiplicação, o que conseqüentemente impede que o educando desenvolva operações mais complexas, refletindo diretamente em seu desempenho escolar. Segundo Bastos (2006, p.202),

[...] diferentes habilidades podem estar prejudicadas no transtorno da matemática, incluindo habilidades lingüísticas e perceptuais (por exemplo, reconhecer ou ler símbolos numéricos ou aritméticos e

agrupar objetos em conjuntos), habilidades de atenção (Por exemplo, copiar corretamente números ou cifras, lembrar de somar os números " levado" e observar sinais de operação) e habilidades matemáticas (por exemplo, seguir seqüências de etapas matemáticas, contar objetos e aprender as tabuadas de multiplicação).

Segundo Ciasca (2003), o número de pessoas que apresentam dificuldades para resolver questões matemáticas simples do dia-a-dia é cada vez maior, em pouco menos de vinte anos passou de centenas para milhares. Em avaliações realizadas em 2001 pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com educandos de quartas e oitavas séries do Ensino Fundamental constatou-se que os alunos obtiveram um rendimento matemático inferior em relação as que foram realizadas nos anos de 1995,1997 e 1999 (BASTOS, 2006). O autor ressalta ainda, que aproximadamente cerca de 3 a 6% das crianças que frequentam a escola têm discalculia do desenvolvimento.

A discalculia pode ser temporária ou de longa duração. Ela também pode ser bastante específica para determinadas áreas de matemática, de modo que um aluno discalcúlico tenha um bom desempenho geral em um teste de matemática, mas ainda apresente dificuldades em termos de aprendizagem específica. (CHAMBERS e TIMLIN, 2015, p.184)

O tratamento adequado para pessoas com discalculia só pode ser feito após o diagnóstico, por isto é fundamental que ele seja realizado por uma equipe multidisciplinar composta por: psicopedagogo, psicólogo, neurologista que juntos, cada um em seu segmento, poderão avaliar o desempenho matemático do educando, se este, encontra-se em conformidade com sua idade cronológica e descartar a presença de outros transtornos e fatores sociais, que também podem ter influência na aprendizagem da matemática.

Embora os estudos sobre a discalculia ainda se apresente em uma fase inicial em relação a dislexia, já existem alguns trabalhos de autores como: Poustie (2001), Butterworth e Yeo (2004) e Hannell (2005) que apresentam orientação para ajudar os professores a compreender melhor este transtorno e quais estratégias podem ser

utilizadas na sala de aula, que possam proporcionar uma melhor aprendizagem ao educando pautados em Chambers e Timlin (2015).

Na maioria dos casos, a discalculia é tratada através de treinamentos matemáticos, e quanto mais cedo for realizado o diagnóstico, maiores serão as chances de superação das dificuldades apresentadas pelo educando. Neste sentido, o professor deve motivar o aluno, evitando ressaltar suas dificuldades diante dos demais para que este não se sinta inferior, e trabalhar com situações concretas, demonstrar paciência e deixar claro que ele está ali para ajudá-lo a superar suas dificuldades.

O professor deve sempre buscar trabalhar com materiais concretos, que facilitem a compreensão para o educando, através exemplos reais de situações cotidianas.

A ideia é que, se os jogos de palavras são apresentados no contexto de uma situação relevante (extratos bancários, demonstrativos de cartões de crédito, cartões de *shopping*), os alunos sentir-se-ão mais motivados para pensar sobre como os problemas serão resolvidos.”(SMITH, 2008, p.112)

Outra alternativa interessante é a utilização de sites, softwares educativos, e jogos que tornam aula mais dinâmica e agradável, por se tratar de recursos lúdicos que despertam a curiosidade dos discentes.

3. Aspectos legais

Em relação aos transtornos de aprendizagem, é necessário saber que nos dias atuais não há legislação específica no que se refere a programas de identificação e tratamento destes transtornos pelas instituições educacionais. No entanto, atualmente tramita no congresso nacional o projeto de lei nº 5.700 de 2009 de autoria do deputado federal Homero Alves Pereira (Partido da República/MG), o qual, solicita que se acrescente a alínea ao artigo 24, V da lei nº 9.394/96, da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O projeto visa preencher esta lacuna existente nas leis educacionais atuais, e em seu texto, inclui a

avaliação e acompanhamento dos transtornos de aprendizagem dos alunos, especialmente, na leitura e na escrita, por equipe multidisciplinar, com acomodação especial destes alunos nas classes da educação básica”. (BRASIL, 2009)

Justificando-se pela necessidade de criar “ um programa nacional para identificação e tratamento” da dislexia e demais transtornos, uma vez que os mesmos interferem no processo de aprendizagem e geram danos para as crianças e jovens. Propondo o acréscimo de:

[...] um dispositivo no capítulo referente à educação básica, nas disposições gerais para que todos os alunos, desde a educação infantil sejam acompanhados e avaliados para que tenham um diagnóstico preciso. Todo o aluno assim identificado mereceria, na escola, uma acomodação especial de acordo com as suas necessidades. O diagnóstico estaria condicionado à interpretação de equipe multidisciplinar, com o apoio da família e da escola. (BRASIL, 2009)

Enfatizando, a necessidade de um diagnóstico precoce, realizado por uma equipe multidisciplinar. Ante o exposto, existem leis educacionais que embora não façam referência específica, pois tratam de forma generalizada de portadores de necessidades educacionais, são utilizadas para garantir assistência e tratamento adequado a quem sofre destes transtornos.

Neste sentido, tanto a Constituição Federal (1988) quanto a Lei das Diretrizes Base da Educação Nacional (1996) dispõem de artigos que tratam sobre discentes com necessidades educacionais e evidenciam que a educação deve ser um direito garantido a todos. Dentre eles, os que mais se destacam nesta abordagem são:

A Lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, art. 4º, inciso III garante o

[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996).

No que se refere a mesma lei o art. 13º, inciso III e IV, dispõe sobre ser incumbência do docente "zelar pela aprendizagem dos alunos" e "estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento".

A Constituição Federal de 1988, no que se refere às leis que regulamentam o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais dispõe em seu capítulo III que trata dos deveres com a educação, artigo 208, III, que é obrigação do Estado, garantir o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. " (BRASIL, 1996)

Apesar das leis brasileiras protegerem os direitos e oferecerem subsídios para que as pessoas tenham uma melhor condição de acessibilidade, nos canais de educação básica de ensino, é necessário apresentar a definição exata do conceito de pessoas portadoras de deficiência. Neste sentido, a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas- ONU apresenta em seu artigo 1º um novo conceito jurídico, mais apropriado para nossa sociedade contemporânea, esclarecendo que:

[...] Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (2011)

Esse conceito foi ratificado pelo Brasil através Decreto Legislativo nº 186/2008, em consonância com os termos descritos no artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1998, que define:

§ 3.º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos

membros, serão equivalentes as emendas constitucionais. (BRASIL, 1988)

E, posteriormente, em de 25 de agosto de 2009 foi promulgado pelo Decreto nº 6.949. Estas leis oferecem respaldo legal (mesmo que de maneira indireta) para o enfrentamento destes transtornos, através de um atendimento educacional especializado que possa atender as necessidades específicas dos discentes com transtorno de aprendizagem, e, deste modo, proporcionar uma educação igualitária.

4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

A ancoragem teórico-metodológica para a realização deste estudo foi norteada no modelo de pesquisa científica proposta por Novikoff (2010). Assim, implicará no desenvolvimento de cinco dimensões que compõem a estruturação da pesquisa científica, iniciando pela discussão epistemológica do tema; segue depois as pesquisas basilares e fundamentadoras da teoria com foco no transtorno de aprendizagem. Na sequência se estabelece a dimensão técnica que apresenta o método aplicado para atingir o objetivo, com uso de questionário semiestruturado com quatro categorias para análise: conhecimento sociocultural, pedagógico, específico de transtornos de aprendizagem e relação psicossocial. Segue o tratamento dos dados na dimensão denominada morfológica e, por fim, a dimensão analítico-conclusiva da pesquisa por meio da discussão entre as dimensões teórica e morfológica.

No tocante ao tipo abordagem metodológica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, descrita por Gonçalves (2003, p. 68), como uma abordagem que “preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão as suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica. ”

[...]“apesar da abertura exigida, os métodos são sujeitos a um controle contínuo (...) Os passos da pesquisa precisam ser explicitados, ser documentados e seguir regras fundamentadas” (p. 29). O princípio da abertura se traduz para Flick e Cols. (2000) no fato da pesquisa qualitativa ser caracterizada por um espectro de métodos e técnicas, adaptados ao caso específico, ao invés de um método padronizado único. Ressaltam, assim, que o método deve se adequar ao objeto de estudo. (GÜNTHER, 2006, p.202 in NOVIKOFF, 2010, p.6)

A primeira parte da pesquisa contou de uma fundamentação teórica realizada através de um levantamento bibliográfico que teve aporte teórico nos seguintes autores: Gonzaga (2010), Ciasca (2003), França (1996), Gonçalves (2003), Estanislau e Bressan (2014), Teles (2008), Carvalho (2011), Rubinstein (1999),

Bastos (2008), Maluf (2008), Vieira (2004), Zorzi (2007), entre outros e em artigos e publicações em sites da internet.

Foram utilizados os seguintes critérios para escolher os sujeitos da pesquisa: professoras licenciadas em Pedagogia e atuando na rede pública no ensino fundamental na cidade de Cajazeiras-PB.

No que diz respeito aos meios de investigação, optei pela pesquisa de campo que foi desenvolvida em uma escola da rede pública do município de Cajazeiras – PB e buscou contemplar os objetivos previamente determinados: discutir a práxis na educação fundamental frente os transtornos de aprendizagem, diferenciando-o da dificuldade de aprendizagem para propor algumas alternativas de intervenção pedagógica para a melhoria do ensino na educação fundamental, mapear as características dos transtornos de aprendizagem frente na literatura vigente, identificar os conhecimentos e as práticas docentes frente os transtornos de aprendizagem e descrever estratégias de ensino para o enfrentamento dos transtornos de aprendizagem do ensino fundamental. De acordo com Prodanov e Freitas a pesquisa científica:

[...] é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico. A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. Para solucionar esse problema, são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 43)

Os sujeitos da pesquisa foram três pedagogas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Boto de Oliveira, que atuam no 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental no turno matutino. Quanto ao instrumento utilizado para coleta de dados optou-se por uma entrevista norteada por um questionário semiestruturado composto por seis questões. O mesmo constou de informações pessoais das professoras, tempo que leciona, idade, sexo, ano de formação, nível de formação, estratégias de ensino entre outras questões que possibilitam identificar o conhecimento das professoras acerca dos transtornos de aprendizagem e suas implicações na prática docente. O questionário foi aplicado através de uma

entrevista gravada em áudio, e, posteriormente, transcrita integralmente, visando contemplar todos os detalhes da réplica das pedagogas no momento da análise dos dados. As entrevistas com as professoras foram realizadas individualmente todas no mesmo dia durante o turno matutino e dentro da instituição de ensino já mencionada. A análise de dados foi feita a partir do confronto da fala dos sujeitos, com a teoria anteriormente estudada.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados e analisados os dados obtidos através da entrevista realizada com as três professoras do primeiro e segundo ciclo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Boto de Menezes, localizada na cidade de Cajazeiras, no estado da Paraíba.

No que se refere à apresentação dos dados, as pedagogas entrevistadas serão aqui nomeadas através de códigos “ Professora C45”, Professora P36” e “Professora J42”, visto que, por uma questão ética, havia a necessidade de manter o sigilo e a confidencialidade de suas identidades. Vale ressaltar que as três docentes consentiram com a divulgação dos dados aqui apresentados para o desenvolvimento da pesquisa em concordância com as normas da resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012, que regulamenta as diretrizes e normas de pesquisas envolvendo seres humanos.

Assim sendo, a respectiva resolução define, quanto aos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, a necessidade de:

III- III. 2 g) obter consentimento livre e esclarecido do participante da pesquisa e/ou seu representante legal, inclusive nos casos das pesquisas que, por sua natureza, impliquem justificadamente, em consentimento a posteriori. (BRASIL, 2012)

Neste sentido, a resolução nº466/2012, IV, define o processo de consentimento livre e esclarecido como “todas as etapas a serem necessariamente observadas para que o convidado a participar de uma pesquisa possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida”. (Brasil,2012)

Assim sendo, estas permissões foram concedidas pelas docentes através de assinatura documental do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, definida no capítulo II. 23 da mesma resolução como:

[...] documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em

linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar. (BRASIL,2012)

5.1 Quanto a instituição de ensino

A escola fica localizada na Rua Higino Tavares, nº 39, no centro da cidade de Cajazeiras no estado da Paraíba, foi fundada em 19 de maio de 1931, quando recebeu o nome de Desembargador Boto de Menezes em homenagem a um desembargado que estava de “passagem pela cidade”. A princípio foi construída especificamente para ser uma escola de artes para a cidade. Visando atender as necessidades da comunidade, ela passou a atender ao público do ensino fundamental I, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos- EJA (ciclo 1 e 2) e a alunos do sistema prisional, atuando deste modo nos três turnos: manhã, tarde e noite (EJA). Neste sentido, atualmente nela estão matriculados um total de 365 alunos.

A instituição dispõe de 38 funcionários, e desta totalidade 20 são professores. No entanto, a mesma não conta com auxílio de psicólogos e fonoaudiólogos e nem unidades para encaminhamentos. Quando se sente a necessidade destes profissionais para acompanhamento do educando, solicita-se a presença dos pais, familiares ou responsáveis legais na escola e a gestora junto a professora relatam a situação e orientam a procurar o acompanhamento especializado.

4.2 A conversa com as pedagogas

A primeira professora entrevistada na pesquisa é nomeada aqui de “Professora C45”. Ela concluiu o curso de Pedagogia, no ano de 2007, e terminou o Mestrado no ano de 2014 em uma instituição no Paraguai. A pedagoga leciona a pouco mais de 25 anos, e atualmente está como uma turma de 5º ano do ensino fundamental. A segunda entrevistada foi a “Professora P36”, que terminou a graduação em Pedagogia, no ano de 1998, e fez especialização em psicopedagogia

em 2010, já leciona há 18 anos, e, atualmente, trabalha com a turma do 4º ano do ensino fundamental. Por fim, a terceira entrevistada foi a “Professora J42” que concluiu o curso Pedagogia aproximadamente no ano de 2004 e desde então não realizou nenhum curso para formação continuada, já leciona há 19 anos, e, no presente momento, ministra aula em uma turma do 3º ano do ensino fundamental. A terceira “Professora J42” possui somente graduação em Pedagogia e apesar de nos receber para a entrevista, foi sucinta e pouco contribuiu diretamente com o nosso estudo. Suas respostas foram objetivas no sentido quantitativo, mas não esclareceu as respostas no sentido qualitativo. A professora demonstrou pouco interesse em participar. Entretanto, entendemos ser valioso esse apontamento para se compreender a relação pesquisador e pesquisado, em especial no espaço educacional.

Todas as professoras pediram para ler o questionário antes de começar a conversar, e, nesse momento, sinalizaram ansiedade, insegurança e medo. Estaria aqui um comportamento importante a ser observado e estudado para se pensar futuras pesquisas junto a professores. Ressaltamos ainda que a terceira professora, apesar de ter visto o questionário demonstrou resistência à pesquisa.

Vale ressaltar que, no decorrer da entrevista, algumas entrevistadas se mostraram mais confortáveis com as questões apresentadas, demonstrando maior espontaneidade e domínio diante dos questionamentos realizados, e, deste modo, exibindo respostas mais elaboradas e justificadas.

No primeiro momento da entrevista, questionou-se sobre a existência de crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem nas respectivas salas de aulas e as respostas obtidas foram:

“Sim, bastante, na turma esse ano tem aproximadamente 15 crianças deficientes, com esses problemas que vamos dizer assim, não é transtorno é um déficit de aprendizagem mesmo. Agora assim, é um caso muito relevante, porque você tem que estudar caso a caso, o que é que está acontecendo para que estas crianças tenham este problema de aprendizagem, muitas das vezes eu percebo que é falta de interesse, que está faltando alguém cobrar deles também em casa.” (Professora C45).

A “Professora P36” respondeu que “sim”. E quando questionada sobre a quantidade, a mesma informou que em sua sala havia “dois” discentes que apresentavam dificuldades na aquisição de conhecimentos. Diante do exposto, a réplica da “Professora C45” favorece de uma análise mais aprofundada.

Como mencionado anteriormente, ainda não existe uma definição consensual quanto terminologia destes problemas neurológicos. Neste sentido, Smith e Strick utilizam o termo “dificuldades de aprendizagem”. Disto isto, as autoras afirmam que “as dificuldades de aprendizagem são tão sutis que as crianças não parecem ter problema algum, muitas crianças com dificuldades de aprendizagem têm inteligência entre média e superior. ” (SMITH; STRICK, 2012, p.15). Assim sendo, a criança provavelmente irá apresentar uma extrema dificuldade na aprendizagem da leitura por exemplo, e, no entanto, ter resultados muito positivos nas outras áreas do conhecimento e segundo as autoras esse “baixo rendimento inesperado” é uma das principais características deste transtorno.

Diante disto, é interessante observar que a “Professora C45” deixa claro a necessidade de se “estudar caso a caso”, uma vez que cada indivíduo é único e cada um possui suas próprias singularidades.

A aprendizagem, em muitos momentos, pode consistir em um desafio para o educando, pois cada indivíduo possui um ritmo de aprendizagem muito particular e as dificuldades escolares consistem em um processo comum no ato aprender. A “Professora C45” demonstra ter consciência disto. Entretanto, a pedagoga discorre ainda sobre o papel fundamental que a família desempenha no processo de aprendizagem, enfatizando a importância do acompanhamento junto aos educandos, “cobrando junto com a escola”. O que ela vem observando são pais e familiares ausentes que estão “transferindo para a escola” esta responsabilidade. Ela enfatiza a necessidade de pais que busquem a escola, que cobrem e auxiliem seus filhos em casa, uma vez que é neste ambiente que ele passa a maior parte do dia, e esta relação família e escola é fundamental para o desenvolvimento do educando, e, conseqüentemente seu sucesso escolar. Diante disto Smith e Strick (2012) assinalam,

Se as dificuldades de aprendizagem dos estudantes não são identificadas e o apoio apropriado não é oferecido, o desinteresse

pela aprendizagem geralmente progride para a fraca evitação. As crianças começam a desenvolver estratégias para pouparem a si mesmas da frustração de tentar realizar tarefas que lhes são dolorosamente difíceis ou impossíveis. (...) Se os pais permitem que a situação se deteriore até o final do ensino fundamental ou início do ensino médio, os adolescentes podem começar a faltar às aulas, gazeteá-las ou até mesmo abandonar completamente a escola. (SMITH; STRICK, 2012, p. 74-75).

Entende-se, portanto, que esta relação é fundamental para desenvolvimento da criança. No entanto, a docente não pode atribuir estes “déficits” de aprendizagem apenas a família, uma vez que a escola é a instituição responsável pela aprendizagem formal da criança, e, cabe a ela apresentar estratégias metodológicas que favoreçam esta aquisição de conhecimentos.

Neste sentido, levando em consideração o contexto atual da sociedade, em que a mulher aderiu ao mercado de trabalho junto aos homens, fica cada vez mais difícil estabelecer esta relação família e escola, pois muitas vezes a criança vem de uma realidade em que seus pais trabalham durante o dia, e o período da noite utilizam para descansar e realizar as atividades doméstica, não dispendo assim de muito tempo para acompanhar este educando. Diante deste cenário, a pedagoga argumenta: “e aí, nós temos que ser pai, mãe, babá, médico enfim, e não é suficiente por que, assim, a gente perde muito tempo com esses problemas que deveriam ser resolvidos na família (Professora C45)”

Em virtude do caráter complexo desta relação no cenário educativo do contexto atual, Lopez esclarece sobre como deve ocorrer esta participação dos pais. Assim sendo, “deve ser concretizada no auxílio a atuação pedagógica escolar. Isso implica propiciar a escola o suporte necessário para que a educação escolar seja fruto da coordenação e coerência entre a atuação do professor e da família” (LOPEZ, 2002, p 77).

A “Professora C45” ressalta ainda sobre as dificuldades enfrentadas na sua prática, uma vez que uma quantidade significativa dos discentes de sua sala não estão conseguindo assimilar os conteúdos e apresentam um ritmo de aprendizagem incompatível com as suas expectativas. Neste sentido, sua fala evidencia a insegurança quanto a sua prática: “então eu fico pensando mil e uma coisas que

ficam redirecionando a minha metodologia” na expectativa de melhorar o desempenho dos educandos.

São compreensíveis as angústias da entrevistada, todavia, é interessante ressaltar que ao lidar com crianças que possuem significativo grau de dificuldade de aprendizagem o professor deveria trabalhar com materiais concretos, exemplos cotidianos que façam sentido para a criança, a utilização de jogos, softwares e dinâmicas. Estas são estratégias que tornam a aula mais atrativa e diferenciada para o aluno. Piaget (1962;1976, apud AGUIAR, 2008, p. 27) corrobora com esta compreensão quando “diz que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa. ” Diante desta afirmação, Piaget ainda contribui quanto à importância dos jogos e da ludicidade no processo de aprendizagem da leitura, escrita e conhecimentos matemáticos: “[...] em todo lugar onde se consegue transformar em jogo a iniciação à leitura, ao cálculo ou a ortografia, observa-se que as crianças se apaixonam por essas ocupações geralmente tidas como maçantes. ” (PIAGET,1962;1976, apud AGUIAR, 2008, p. 27)

O professor tem um papel fundamental quanto ao diagnóstico destes transtornos, uma vez que ele convive diariamente com os educandos e tem a possibilidade identificar as dificuldades que estes enfrentam no seu processo de aprendizagem para, posteriormente, encaminhar aos demais profissionais que iram apresentar um diagnóstico conclusivo. Diante desta questão, foi indagado as entrevistas: “Na sua sala existem crianças com transtornos de aprendizagem? ”, e obteve-se as seguintes respostas:

“Na minha sala tem 3 agora um tem um problema de saúde que ele passa muito tempo fora, e assim, eu não sei o que é a síndrome dele ainda, não consegui ainda descobrir, não me disseram ainda, eu sei que ele tem um problema que afeta o cérebro dele que vai da barriga a cabeça (...),o outro é que você morre de ensinar ele, assim, de explicar, é até exagero a expressão “morrer”, você morre de explicar pra ele dizendo ó, é assim, é assim, é dessa forma que você tem que seguir, você diz duas, três, quatro, cinco vezes de maneiras diferentes e ele está certo, daí a pouco eu volto e aí tu conseguiu? Tia eu já esqueci, como é mesmo? Aí eu, de novo, a mesma ladainha, mas a criatura não consegue assimilar (...) e o outro já é repetente, ele sabe ler, mas é uma leitura corrida, e que não faz sinais de pontuação, ele não obedece. ” (Professora C45).

Diante deste questionamento, a “Professora P36” respondeu: “Sim, tem duas crianças especiais mais eu não sei qual o diagnóstico delas.” Neste sentido, embora a professora não tenha conseguido informar o diagnóstico específico do educando, ela demonstra não ter conhecimento sobre o conceito dos transtornos de aprendizagem. Diante disto, Rubinstein esclarece que os transtornos de aprendizagem não “são decorrentes de qualquer forma de traumatismo ou de doença cerebral adquirida.” (RUBINSTEIN, 1999, p.247). Assim sendo, não se pode confundir estes transtornos com outras doenças.

Concernente aos três casos citados pela “Professora C45”, a mesma ressalta, ainda, que no primeiro caso o discente já tem 15 anos, e, ainda não conseguiu nem aprender a ler devido ao prolongado tempo que passa ausente em tratamento de sua doença e segundo suas palavras, “esse é que é o nó do problema”.

Partindo da hipótese levantada pela professora desta criança ter um transtorno de aprendizagem, e, por isto não conseguir se desenvolver na leitura, o fato dela ter que se ausentar da escola por determinados períodos implica em um fator de potencialização destas dificuldades provenientes do transtorno. É importante ressaltar que apenas o fato do aluno não conseguir desenvolver uma rotina escolar já poderia por se só justificar a sua dificuldade na aquisição do conhecimento.

No segundo caso citado, devido a extrema dificuldade no processo de aprendizagem, o aluno apresenta uma caligrafia ilegível. A professora mencionou uma reunião realizada na escola com os pais, na qual a mãe do aluno compareceu, no entanto ela mostrou ter outras prioridades não atribuindo a devida atenção a pedagoga. No terceiro caso assim como no segundo a “Professora C45” evidencia a ausência da família junto a escola.

Neste sentido, a professora não pode apenas rotular o aluno “ele não consegue assimilar”, uma vez que deve ser investigado a verdadeira causa do problema, a razão, pois estes problemas podem ser resultado de outros “sintomas”, como, por exemplo, distração, dificuldade de memorização, de concentração, características que irão refletir diretamente na sua capacidade de assimilação.

Assim sendo, Lopez (2002, p.85) irá dizer que “os sintomas servem tão somente para diagnosticar os problemas que os provocam, por que se não

conhecemos as causas, não podemos aplicar nenhum tipo de medida sanativa”. Neste caso, é necessário estudar o que está causando o problema e não apenas encarar o sintoma como o problema, pois é a partir desta compreensão que o professor poderá desenvolver uma metodologia que melhor se adeque a situação do aluno. O autor aponta, ainda, que esta investigação das causas do desinteresse do educando “será tarefa tanto dos profissionais da escola como dos pais (LOPEZ, 2002, p.85) ”.

Tanto o segundo como o terceiro caso citados pela “Professora C45”, apresentam características sugestivas de Dislexia e Disortografia.

Em suma, nos três casos citados, fica claro a necessidade da realização de uma investigação mais detalhada com auxílio de outros profissionais como psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo e neurologista. Diante disto, Rubinstein ressalta ainda que:

Se por um lado, deve-se evitar o rótulo apressado de Transtornos de Aprendizagem para uma dificuldade de aprendizagem apresentada pela criança no início de sua vida escolar, também se deve levar em consideração e observar a evolução da criança. Isso porque algumas alterações podem ser um sinal inicial de um quadro de transtorno de aprendizagem. (RUBINSTEIN, 1999, p.250)

Neste sentido, fica evidente a necessidade do pedagogo na sua prática educativa ficar atento ao educando e as suas dificuldades, pois os transtornos de aprendizagem tem por característica a discrepância entre “o que a criança deveria ser capaz de fazer e o que ela realmente faz”(SMITH; STRICK, 2012, p.16), de se questionar, quais as causas destas dificuldades?, seriam elas intrínsecas e extrínsecas ao educando?, que metodologias poderiam ser utilizadas para atenuar ou até mesmo sanar estes problemas?, uma vez que se sabe o quanto é importante a realização de um diagnóstico precoce, e, conseqüentemente, o processo de intervenção junto a esta criança.

Estas dificuldades podem ocorrer por vários motivos, tais, como falta de motivação, incentivo dos pais, metodologias inapropriadas para as crianças que a cada dia que passa tem mais situações para se distrair ou pelos transtornos de

aprendizagem, por isto é tão importante este olhar atento do docente, pois na medida que o aluno não consegue aprender no mesmo ritmo que os demais, ele vai desenvolvendo o sentimento de inferioridade, de incapacidade e quando o problema não é trado, as dificuldades tendem a aumentar. Segundo Lopez (2002, p.87), “o tratamento implica uma adaptação do ensino as próprias possibilidades do aluno, que lhe permitam obter êxito no aprendizado e assim se ver estimulado a prosseguir nele.”

No decorrer desta questão, a “Professora P36” comenta ainda a situação de um ex-aluno seu que, no momento da exposição do conteúdo, afirmava ter compreendido o assunto. No entanto, poucos minutos depois ou no dia seguinte já não lembrava de nada, e, segundo suas palavras, “perguntar era mesmo que nada, aí passou o ano todinho e não aprendeu nada, e mesmo assim tive que passar, por que é o quarto ano e não pode ficar retido (Professora P36)”. Esta fala evidencia a importância da investigação do problema para o tratamento adequado, pois se o educando já enfrentava dificuldades na quarta série do ensino fundamental, esta situação tende a piorar, na medida em que ele é encaminhado para a quinta série. Entretanto, a retenção também não seria o caminho mais viável, uma vez que ele necessita de uma intervenção que se adeque as suas necessidades e ao seu ritmo de aprendizagem. Neste sentido, Smith e Strick (2012) dispõe sobre a necessidade de programas individualizados para as crianças que avançam para as series seguintes. Em contrapartida, o fato do aluno saber que mesmo que não tenha um bom desempenho ele vai passar, torna-se um fator de desmotivação, para que esta criança se dedique a aprender.

Além das respostas mencionadas, a “Professora C45” enfatiza a importância de a família trabalhar em parceria com a escola, auxiliando no processo de aprendizagem, cobrando junto a escola:

“[...] se quando eu peço socorro e a família me atende, aí você vê o resultado, ver resultado em menos de quinze dias, é impressionante, mas quando a família não quer, não se propõe a ajudar, você ver a regressão estampada assim, estampada, na cara da criatura, ele não consegue nem ir nem vir, ele fica lá parado, nem avança, nem regride, estático.” (Professora C45)

Esta relação é fundamental para o desenvolvimento do educando, pois os pais, também tem o dever de educar, e, deste modo, devem se comprometer com a educação de seus filhos. Segundo Lopez (2002, p.84), se “não se concretizar tal participação da família na escola, não se pode alcançar uma educação coordenada e eficaz dos filhos”.

Diante disto, se faz necessário questionar quais metodologias são utilizadas para o enfrentamento das dificuldades apresentadas pelos educandos em sala de aula. Assim sendo, foi indagado as entrevistadas se “A escola desenvolve algum programa de acompanhamento para os alunos com dificuldades na aprendizagem da leitura, escrita e/ou aritmética? Como é desenvolvido e por quais profissionais? ” Após alguns esclarecimentos, elas respondem:

“Os projetos são desenvolvidos por nós professoras, são oito professoras da sala regular, de primeiro ao quinto ano, em que esses projetos desenvolvem habilidades, competências, acerca de distúrbios e necessidades dos alunos (...) e temos assim, a parceria com programa do PIBID que é uma ajuda, é uma parceria de grande valia, é enorme o PIBID aqui dentro da escola, é um programa muito atuante junto conosco. ” (Professora C45).

Diante deste questionamento, a “Professora P36” respondeu que as “pibidianas são quem acompanham os alunos que têm dificuldades na aprendizagem”. Neste sentido, observa-se que embora a instituição escolar não disponha de acompanhamento de psicólogos e psicopedagogos, esta, preocupa-se com a formação destes educandos e utiliza das ferramentas que possui para melhorar a qualidade do ensino, pois se sabe que quanto mais cedo estas dificuldades forem combatidas maiores serão as possibilidades que o educando terá de superá-las. Neste sentido Smith enfatiza que,

[...] os indivíduos com distúrbios de aprendizagem que não recebem atenção para os seus problemas desde o início enfrentam sérios desafios por toda a vida (Miller e Felton, 2001). Desde cedo a intervenção intensiva faz a diferença, e é imperativo que as crianças pequenas e suas famílias obtenham os serviços o mais rápido possível (SMITH, 2008, p.114).

Referente ao desenvolvimento do projeto, a “Professora C45” esclarece ainda que inicialmente é realizada uma reunião na qual são expostos todos os problemas que cada professora enfrenta na sua respectiva sala de aula, e, diante desta compreensão, cada professora irá desenvolver seu projeto. Assim sendo, os projetos são desenvolvidos em vários segmentos visando atender toda a escola e não exclusivamente a sala da pedagoga que o desenvolve, sendo executados durante as aulas para todos os discentes da turma, “pensando no bem-estar do aluno, para melhorar o rendimento, o desempenho escolar dessa criatura, o desenvolvimento dele em si como sujeito. (Professora C45) ”.

É importante ressaltar diante desta fala que “os alunos com distúrbios de aprendizagem são diferentes de seus colegas de aula sem deficiência. Estes alunos estão em um nível inferior ao daqueles com baixo desempenho (MACMILLAN; GRESHAM; BOCIAN, 1998 apud SMITH, 2008, p.114) ”. Neste sentido, os educandos que possuem um “distúrbio de aprendizagem leve” apenas com assistência conseguiram superar as suas dificuldades. Entretanto aqueles que apresentam uma dificuldade mais grave “precisam de correção e apoio intensivos durante todo o ano letivo e na vida adulta (SMITH, 2008, p.114) ”. Fica claro, deste modo, que dependendo da intensidade das dificuldades apresentadas pelo educando será necessário um atendimento individualizado que se adeque as suas particularidades.

A “Professora C45” menciona que atualmente estão sendo trabalhados projetos voltados para o desenvolvimento da leitura e matemática, pois diante de todas as dificuldades apresentadas pela turma, sentiu a necessidade, neste ano, de desenvolver um projeto de leitura que permitisse “trabalhar com vários gêneros textuais para que desperte o interesse pela leitura nessa criança, porque eles não têm esse interesse (Professora C45) ”.

O desenvolvimento das habilidades de leitura é fundamental para o sucesso do educando em todas as outras áreas do conhecimento, uma vez que a leitura é atualmente uma das vias de transmissão do conhecimento, seja na escola ou em qualquer outra situação do dia - a - dia. Lopez (2002, p.67) afirma “que o domínio do código oral estabelece as bases para o domínio do código gráfico, e ambos repousam na convencionalidade, isto é, num acordo social para representar ideias

mediante signos sonoros ou gráficos.” E, neste, sentido ressalta a relação indissociável entre ambos.

Neste questionamento, as duas pedagogas destacaram a importância da atuação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência -PIBD junto a instituição de ensino. De fato, o PIBD trata-se de um programa de extrema importância tanto para a instituição que tem esta parceria com a universidade, quanto para o estudante do curso superior que tem a oportunidades de vivenciar este contato com a realidade da escola, auxiliando o pedagogo na sua prática docente, e apresentado estratégias inovadoras e dinâmicas de atuação junto a estes educandos. Trata-se, assim, de um momento oportuno de aprendizagem mútua.

Visando conhecer qual o entendimento das pedagogas acerca destes dois conceitos, se questionou: Em sua opinião, quais são as principais diferenças entre dificuldade de aprendizagem e transtorno de aprendizagem?

“Eu considero o transtorno como uma doença, alguma doença que acomete essa criatura, que não deixa ele pensar raciocinar. A dificuldade já é diferente, a dificuldade é quando você tem aquele interesse, mas ainda não está conseguindo executar tal atividade (...) agora o transtorno é mais difícil porque o transtorno é acometido de algo que ele teve, então por exemplo, algum pânico, algum trauma”. (Professora C45).

“Eu acho assim que a dificuldade é quando eu escrevo o conteúdo e ele tem aquela dificuldade de aprender aquele conteúdo que eu dei, e, transtorno é todos os conteúdos que eles não aprendem. A dificuldade é, por exemplo, assim, eu explico o conteúdo e ele não entendeu naquele dia. Então ele teve dificuldade naquele dia, mas não é todos os dias que ele tem dificuldade neste conteúdo. ” (Professora P36)

Diante das teorias estudadas fica clara a distinção existente entre Transtorno de aprendizagem e Dificuldades de aprendizagem escolar. No entanto na fala apresentada pelas pedagogas, observa-se que não existe uma diferenciação bem definida entre os dois conceitos. Neste sentido, a fala “Professora C45” foi a única que apresentou um conceito mais aproximado da teoria, enquanto na fala da “Professora P36” fica evidente a ausência de conhecimentos desta distinção, pois ela confunde os dois conceitos e apresenta uma definição completamente equivocada, muito embora tenha especialização em psicopedagogia, e esta resposta demonstra a lacuna existente nesta formação. Segundo Ciasca (2003),

Ensinar e aprender são processos lentos, individuais e estruturados, quando não se completam por alguma falha interna ou externa surgem os distúrbios e as dificuldades de aprendizagem, levando a criança não só à desmotivação quanto ao desgaste e à reprovação, transformando-a num rótulo dentro da escola (...). Assim, o processo avaliação e intervenção deve ser considerado com preocupação. (CIASCA, 2003, p.29)

Neste sentido, observa-se o quanto a compreensão desta distinção é importante para a atuação pedagógica, pois na medida em que o professor não possui este conhecimento, ele não terá condições de identificar as dificuldades que poderão ser provenientes dos transtornos de aprendizagem e irá rotular o aluno, quando este não apresentar o desenvolvimento esperado. No entanto, quando em posse deste conhecimento, o pedagogo desenvolverá um olhar crítico diante da situação e buscará estratégias de intervir junto aos docentes de modo a encaminhá-lo para um diagnóstico com profissionais especializados.

Segundo Rubinstein, fazer “a distinção entre Transtornos X Dificuldades de aprendizagem é uma tarefa que exige muita experiência profissional e diálogo com outros profissionais”(RUBINTEIN, 1999, p. 249), Sendo assim, este diagnóstico deverá ser realizado por uma equipe multidisciplinar, não pode ser uma atividade isolada, e as observações do pedagogo serão fundamentais para a elaboração deste diagnóstico, uma vez, que ele atua diretamente com o educando e tem a oportunidade observar suas dificuldades e seu comportamento.

Neste sentido, Ciasca (2003) apresenta esta distinção da seguinte forma:

Apesar de todas as classificações, adotamos em nosso serviço a distinção simples entre o que definimos como Distúrbio de Aprendizagem -DA- sendo uma disfunção do SNC, relacionada a uma “falha” no processo de aquisição ou do desenvolvimento, tendo, portanto, caráter funcional; diferentemente, de Dificuldade Escolar -DE- que está relacionada especificamente a um problema de ordem e origem pedagógica. (CIASCA, 2003, p27)

Diante disto, observa-se que ao se referir aos transtornos de aprendizagem, Ciasca (2003) utiliza o termo distúrbio de aprendizagem e dificuldade escolar. Assim sendo, as dificuldades de aprendizagem ou dificuldades escolares são extrínsecas a

criança e, portanto, podem ser causadas por vários fatores já mencionados. Antunes (2003, p.69) também contribui com esta diferenciação,

Considerando a distinção entre esses dois conceitos, entender-se-ia que as *dificuldades de aprendizagem* envolveriam alunos comuns, aparentemente sem danos de natureza médica ou psicológica que necessitassem de práticas educativas especiais, e que os *distúrbios de aprendizagem* se refeririam a problemas mais amplos, quando se manifestam dificuldades significativas de aquisição e uso das capacidades de compreensão e expressão linguística- tanto oral como na leitura e na escrita – e da capacidade de compreensão das operações lógico –matemáticas.

Portanto, os transtornos ou distúrbios de aprendizagem são intrínsecos a criança, ou seja, a dificuldade parte da criança, tratando-se, assim, de problemas neurológicos que afetam a capacidade do cérebro de entender, recordar ou comunicar informações. E, embora não seja um problema causado por influências ambientais, estas podem ter significativa influência em melhorar ou agravar estas condições.

É necessário, também, refletir sobre as estratégias que as professoras desenvolvem para favorecer o processo de aprendizagem destes educandos. Neste sentido, sabe-se que a utilização de recursos pedagógicos como jogos de mesa, jogos de computador, software, brincadeiras, dentre outros, são alternativas interessantes, se trabalhadas com objetivos específicos, pois proporcionam maior interação entre os alunos, e, conseqüentemente prendem a atenção destes ao que se está sendo transmitido. Diante disto, quanto as metodologias desenvolvidas pelas professoras se questionou: “Que recurso ou estratégias pedagógicas você utiliza para garantir às crianças clareza e segurança no seu aprendizado? ”

“Eu uso jogos, uso data show, eu uso diversos livros paradidático, uso essas novas ferramentas tecnológicas, uso estudo de campo, uso pesquisa, uso a cópia. Eu ainda sou das antigas, eu só acredito se a criatura aprendeu se fizer. Uso diversas brincadeiras e jogos práticos, além de jogos de computador também eu utilizo tudo que tiver, para trazer novidades para que eles assimilem aquele conteúdo a partir daquele jogo, para que eles tenham mais um certo interesse, porque aquilo que é novo sempre atrai a visão deles. ” (Professora C45)

“Eu gosto de fazer dinâmica, utilizar o computador, fazer pesquisa na sala de aula”.
(Professora P36)

A realização de um diagnóstico precoce é fundamental para o sucesso dos educandos que possuem os transtornos de aprendizagem. Dada a complexidade deste processo, diante várias possibilidades que podem ocasionar as dificuldades escolares, se faz necessário que o professor, na sua prática pedagógica, desenvolva estratégias de ensino que possibilitem maiores oportunidades para que este educando possa melhorar seu desempenho, independentemente de um diagnóstico conclusivo, uma vez que estas dificuldades se não sanadas tentem somente a se agravar cada vez mais.

Neste sentido, diante das respostas apresentadas, pode-se perceber que as pedagogas compreendem o quanto é importante utilizar estratégia diversas para atrair a atenção do educando e proporcionar maior clareza em sua aprendizagem Dienes (1986) menciona ser “necessário que a criança conviva em um ambiente rico em materiais e oportunidades, de modo que possa construir, elaborar seus conhecimentos”. (DIENES, 1986, apud ALVES, 2007, p.23).

Dentre as várias ferramentas pedagógicas mencionadas pelas docentes, fica evidente que existe uma preocupação em desenvolver atividades que despertem a atenção e o interesse do educando. Neste sentido, as atividades lúdicas como “jogos” e “dinâmicas” são grandes aliadas para pedagogo no processo de aprendizagem, pois despertam a curiosidade dos educandos, no entanto, devem ser trabalhadas com objetivos específicos de promover a aquisição de novos conhecimentos e não ser desenvolvidas aleatoriamente, apenas tendo em vista o entretenimento dos educandos.

É importante mencionar, ainda, que em qualquer situação de dificuldade vivenciada na sala, é fundamental o professor trabalhar nestas crianças o sentimento de pertença, para que se sintam aceitas, acolhidas pela turma, e confortáveis para expor suas dificuldades sem medo de julgamentos. Diante disto, a aprendizagem deve ser vista pelo educando como algo agradável, prazeroso e não como um fardo sem sentido, uma obrigação, pois o aluno que se sente motivado tem maiores chances de aprender. Neste sentido, Smith ressalta que:

A motivação é o impulso interior que estimula e direciona o comportamento do indivíduo. A motivação pode ser explicada como um traço (uma necessidade de sucesso, uma necessidade de não falhar, um interesse contínuo em um assunto) ou como um estado temporário da mente (preocupação com um teste, ou com uma apresentação em sala de aula no dia seguinte, um interesse passageiro por um assunto). (SMITH, 2008, p. 118)

Diante disto, as estratégias pedagógicas aliadas as atitudes do professor e a relação de afetividade que ele desenvolve com os educandos serão fundamentais para que este aluno se sinta motivado, estimulado e tenha maior interesse pelo que está sendo exposto. Segundo Spencer, “as coisas lidas, ouvidas ou vistas com interesse ficam muito mais na memória, do que aquelas que são lidas, ouvidas ou vistas com repugnância (SPENCER, s.d., pp.164-165 apud ALVES, 2007. p. 102).

Diante das teorias estudadas observou-se que dificuldades de leitura e escrita são comuns no processo de aprendizagem, porém, existem situações em que estas dificuldades são persistentes e muitas vezes se tratam de casos de dislexia e/ou disortografia. Neste sentido, questionou-se as professoras: “Quais as características que você considera como manifestação do distúrbio da leitura e escrita? ”

“Quando eles não reagem de forma alguma, não esboça assim, nenhuma reação do que aprendeu, do que não aprendeu, de que sabe o que é. Quando eles não apresentam nada, você pede para eles lerem na sala de aula e não tem uma leitura assim contundente, uma leitura assim que você compreenda, nem leitura de grupo eles sabem fazer. ” (Professora C45)

“Falta de atenção é uma característica, ele fica distraído. Também tem a falta de acompanhamento em casa com as atividades que os pais não acompanham é mais um motivo que tem dificuldades nessa leitura e escrita. ” (Professora P36)

Estas situações apresentadas pelas pedagogas podem ser observadas porque o educando muitas vezes já possui um histórico de dificuldades que não consegue superar, e, por isto, ele não tem motivação para estudar, sente-se frustrado, incapaz, não apresenta interesse pelos conteúdos, pois já internalizou que

não é capaz de aprender. É necessário compreender o que, de fato, levou os discentes a desenvolverem estas atitudes mencionadas pelas professoras.

Neste sentido, as docentes citaram as consequências comportamentais destes transtornos, quando existem ainda inúmeras características que podem ser sugestivas de manifestação do distúrbio da leitura e escrita, que vão bem além das respostas apresentadas. Contudo, Dockrell e McShane (2007, p. 34), mencionam que:

Os problemas de aprendizagem podem ser apresentados de diferentes formas. Algumas crianças são identificadas por que o seu desempenho fica abaixo da média dos colegas em determinadas tarefas. Outras são encaminhadas para os profissionais por sua alteração de comportamento. Observações informais como incapacidade para responder, imaturidade e incapacidade para seguir instruções podem ser indicações de que a criança está apresentando dificuldades no processo de aprendizagem.

Assim sendo, observa-se que tanto o desempenho do educando como as alterações comportamentais, devem ser analisadas pelas pedagogas em sala de aula, não como o problema de fato, mas como sintomas ou consequências das dificuldades que estes não estão conseguindo superar.

Por meio das pesquisas bibliográficas, é possível pontuar algumas características das crianças que possuem distúrbios de leitura e escrita. Assim sendo, as crianças com dislexia apresentam alguns indicadores que devem ser observados na rotina diária da sala de aula, como: dificuldade no processo de leitura e escrita, resistência em aprender quando a professora expõe o conteúdo no quadro, pois o processo de decodificação é algo difícil, e isto reflete na compreensão da leitura realizada.

Em se tratando da disortografia, o educando apresentará uma escrita passível de compreensão, porém com vários erros, uma vez que sua dificuldade consiste em compreender as regras gramaticais. Neste sentido, na sua escrita é possível observar palavras sem pontuação, com letras trocadas ou escritas tal qual são escutadas. Segundo Dockrell e McShane (2007, p. 34)

A identificação de um problema nem sempre se dá de maneira direta. Em geral é necessário que se faça uma comparação do desenvolvimento da criança e o de seus colegas. Na identificação do problema, muitos acreditam que as dificuldades apresentadas devem servir como critério para se localizar o problema.

Diante disto, é necessário que as pedagogas fiquem atentas a estas dificuldades apresentadas pelos educandos, tendo um olhar crítico, pois podem ser sinais sugestivos de problemas mais graves. Neste sentido, Leite (2012) esclarece que:

[...] o fracasso escolar somente existe, porque insere-se em uma instituição, a escola, que joga, classifica e tem o poder de declarar o fracasso do aluno apenas porque não se adequou ao sistema da instituição ou não aprendeu pelos métodos convencionais. (PERRENOUD, 2002 apud LEITE, 2012, p.27)

Evidencia-se, portanto, a necessidade de se pensar em uma educação inclusiva, para que estes discentes não desenvolvam um sentimento de incapacidade e inferioridade diante de suas dificuldades. A escola deve ser capaz de acompanhar as mudanças sociais, buscar novas estratégias metodológicas, utilizar as tecnologias em favor da educação, compreender que os estímulos e a motivação são aspectos fundamentais do processo de aprendizagem.

No decorrer desta questão, a “Professora P36” destaca ainda a falta de acompanhamento dos pais. Quanto a isto, é importante observar que, de fato, o acompanhamento dos pais incentivando, estimulando e motivando seus filhos, se constitui em uma diferença enorme na vida acadêmica destes educandos, e, cabe a escola promover esta parceria e incentivar esta participação ativa na vida dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do tema “Práxis na educação fundamental frente os transtornos de aprendizagem” possibilitou refletir sobre os distúrbios de aprendizagem e os aspectos importantes que devem ser analisados ao lidar com crianças que apresentam dificuldades escolares, bem como comportamentos compreendidos como: rebeldia, desinteresse e desatenção.

Através das análises foi possível verificar que, o pressuposto inicial de que o professor nem sempre se encontra preparado para lidar com as dificuldades apresentadas em sala de aula, de modo a proporcionar uma aprendizagem significativa, está parcialmente correta no que se refere à escola analisada.

Acredita-se que os estudos aqui apresentados acerca do respectivo tema contemplaram os objetivos previamente determinados. Neste sentido, foi possível no decorrer do primeiro capítulo versar sobre as características dos transtornos de aprendizagem, suas distinções no que se refere as dificuldades de aprendizagem escolar, aspectos diagnósticos como, identificação, intervenção, aspectos legais e especificidades individuais da dislexia, disortografia e discalculia.

Quanto ao objetivo de identificar os conhecimentos e as práticas docentes frente aos transtornos de aprendizagem, pode-se dizer que, através das entrevistas, foi possível verificar que embora a teoria seja muito clara quanto a diferenciação existente entre transtornos e dificuldades de aprendizagem, observa-se claramente na fala de uma das pedagogas a ausência de compreensão desta distinção, fato, que evidencia a lacuna existente não apenas na sua formação mais também em sua prática pedagógica.

As professoras demonstram ter consciência que as dificuldades escolares existem e tentam desenvolver metodologias diversas para combatê-las, mas estas estratégias são insuficientes e não atendem as reais necessidades dos educandos.

No decorrer deste estudo, buscou-se descrever as estratégias e atitudes que devem ser adotadas para a compreensão e enfrentamento das dificuldades apresentadas pelos educandos no processo de aprendizagem.

Através das diversas contribuições teóricas estudadas nesta pesquisa, observou-se, que tanto a escola quanto os educandos, ainda carecem de leis mais específicas que atendam às necessidades de ambas. Sabe-se que as escolas públicas enfrentam diversos problemas, como falta de recursos, alunos e professores desmotivados, porém, esta, como instituição mediadora do conhecimento deve ser capaz de acompanhar as mudanças sociais, buscar novas estratégias metodológicas, utilizar as tecnologias em favor da educação, compreender que o estímulo e a motivação são aspectos fundamentais do processo de aprendizagem. Sendo assim, é importante se pensar em uma educação inclusiva, que valorize os educandos e estimule a busca pelo conhecimento e não apenas atribua “rótulos” aos alunos que não aprendem.

Observou-se que a escola tem a preocupação em debater os problemas e desafios encontrados na prática pedagógica e buscar soluções viáveis dentro das suas possibilidades. No entanto, as pedagogas foram unânimes quanto a ausência da família auxiliando no processo educativo e deixaram claro o quanto se sentem sobrecarregadas nesta árdua tarefa de educar na contemporaneidade, onde os pais, devido a suas várias ocupações, atribuem esta responsabilidade apenas a instituições educacionais.

O desenvolvimento deste trabalho foi de grande valia, uma vez que proporcionou a aquisição de novos conhecimentos acerca desta temática. Através do desenvolvimento da pesquisa, foi possível conhecer as práticas vivenciadas pelas pedagogas, suas aflições quanto ao desenvolvimento dos educandos e a ausência da participação familiar.

REFERÊNCIAS

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Edição Digital. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

AGUIAR, João Sarapião. **Educação inclusiva: Jogos para o ensino de conceitos.** 4º ed. Campinas: Papyrus, 2008.

ANTUNE, Celso. **A dimensão de uma mudança: Atenção, criatividade, disciplina, distúrbios de aprendizagem, propostas e projetos.** 3º ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

ALVES, Eva M. Siqueira. **A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível.** 4º ed. Campinas: Papyrus, 2007.

BASTOS, J.A. **O cérebro e a matemática.** São Paulo: Edição do Autor, 2008

BASTOS, José Alexandre. **Discalculia: transtorno específico da habilidade em matemática.** In:ROTTA, Newra Tellechea. Transtornos de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** In<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **PROJETO DE LEI N.º 5.700, DE 2009.**
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=629D556A54360D656BBE2206B23EA332.proposicoesWeb2?codteor=680322&filename=AvuIso+-PL+5700/2009> Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.**
 In<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>Acessado em 4 de abril de 2016.

CARVALHO, A. **Aprendizagem da Leitura: Processos Cognitivos, Avaliação e Intervenção.** Viseu: Psicossoma, 2011.

CHAMBERS, Paulo e TIMLIN, Robert. **Ensinando matemática a adolescentes.** Tradução: Gabriela Wondracek Link; Revisão técnica: Katia Stocco Smole.- 2 ed- Porto Alegre: Penso, 2015.

CIASCA, Sylvia Maria (org.) **Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação.** São Paulo: Casa do psicólogo, 2003.

Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Organização Mundial de Saúde (Org.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1993

CONSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DOCKRELL, Julie; MCSHANE, John. **Crianças com dificuldades de aprendizagem: Uma abordagem cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ESTANISLAU, Gustavo; BRESSAN, Rodrigo Affonseca (Org.). **Saúde mental na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2014

FLETCHER, Jack M. et al. **Transtornos de aprendizagem da identificação à intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTES, Maria Alice. O que são Transtornos de Aprendizagem? Causas, tipos e tratamento. (S.D.) Disponível em <http://www.plenamente.com.br/artigo/194/-que-sao-transtornos-aprendizagem-causas-tipos.php#.VtcxsB6-Nik> Acesso em: 02 de Março de 2016

FRANÇA, C. Um novato na Psicopedagogia. In: SISTO, F. et al. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996

GARCIA, J.N. **Manual de dificuldades de aprendizagem**. Linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998

GOLÇALVES, Elisa pereira. **Conversas sobre iniciação á pesquisa científica**. 3ª Edição. Campinas SP, Ed. Alinea, 2003

GONZAGA, Mariana dos S. Pinto; AZEVEDO, Antonia C. Peluso. **A dificuldade de aprendizagem e o papel do psicólogo escolar**. 2010. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=339> Acesso em: 27 de Agosto de 2014

GUÉRIOS, Ettiène; STOLT, Tania (Organizadoras). **Educação e Alteridade**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

interdisciplinar. São Paulo: Casa do psicólogo.2003.

LEITE, Vânia Aparecida Marques. **Dimensões da não aprendizagem**. Ed. rev. Curitiba. PR:IESDE: Brasil. 2012

LÓPEZ, Jaume Sarramona I, **Educação na família e na escola: o que é, e como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, Brasil. 2002

MALUF, M. I. **A aprendizagem sob o olhar da neurociência e da psicanálise. Apresentação em Palestra**. 4º Congresso internacional sobre dificuldades de aprendizagem. 2008.

MARQUES, Teresa P. **Clínica da infância**. Córdova: Leya, 2011.

MIRANDA, Monica C.; MUSZKAT, Mauro; MELO, Claudia B. **Neuropsicológica do desenvolvimento: transtornos de neurodesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Rubio, 2003.

NOVIKOFF, C. Pesquisa qualitativa: uma abordagem teórico-metodológica na educação. In Anais IV SIPEQ – ISBN - 978-85-98623-04-7. 2010.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RUBINSTEIN, Edith (Org.). **Psicopedagogia: Uma prática, diferentes estilos**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1999

SMITH, Deborah D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão**. 5º Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A – Z: Guia completo para educadores e pais**. Porto Alegre: Penso, 2012.

SNOWLING, Margaret ; STACKHOUSE, Joy...[et al.]; **Dislexia, fala e linguagem: um manual do profissional**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2004

TELES, Paula. **Dislexia: Como identificar? Como intervir?** 2008. Disponível em:<http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1050#.Vt28yB6-Nik> Acesso em: 07 de mar. 2016.

VIEIRA, E. **Transtornos na aprendizagem de matemática: número e a discalculia**. Ciênc. Let., Porto Alegre, n.35.2004.

ZORZI, Jaime L. **Aprendizagem e Distúrbios da Linguagem Escrita: Questões clínicas e educacionais**. Porto Alegre: Artmed, 2007

ANEXOS



QUESTIONÁRIO

Identificação

Idade (anos): _____

Ano de formação: _____ / _____ / _____

Nível de formação: _____ Formação continuada: _____

Sexo () FEMININO () MASCULINO

Tempo que leciona: _____

Série que leciona: _____

1. Na sua sala de aula existem crianças com problemas de aprendizagem? () Sim () Não

Quais\quantos: _____

2. Na sua sala de aula existem crianças com transtornos de aprendizagem? () Sim () Não

Quais\quantos: _____

3. A escola desenvolve algum programa de acompanhamento para os alunos com dificuldades na aprendizagem da leitura, escrita e/ou aritmética? () Sim () Não

3.1 Em caso positivo, como é desenvolvido o programa?

3.2 Por qual profissional é desenvolvido o programa?

() Pedagogo Quantidade: _____

() Psicólogo / Quantidade: _____

() outro. Especifique: _____ / Quantidade: _____

4. Em sua opinião, quais são as principais diferenças entre dificuldade de aprendizagem e transtorno de aprendizagem? Comente.

5. Que recurso ou estratégias pedagógicas você utiliza para garantir às crianças clareza e segurança no seu aprendizado?

- () Uso de jogos de mesa
- () Jogos de computador
- () Software
- () Brincadeiras

6. Quais as características que você considera como manifestação do distúrbio da leitura e escrita?
